

A profecia autorrealizadora sob a óptica da Análise do comportamento¹

(A Behavior analysis of the self-fulfilling prophecy)

**Pablo Stuart Fernandes Carvalho¹, Natália Pessoa Barros Gomide
& Ana Rita Coutinho Xavier Naves**

Instituto de Educação Superior de Brasília
(Brasil)

RESUMO

No campo da Psicologia Social, variáveis intrínsecas aos indivíduos são inferidas do comportamento publicamente observado como variáveis independentes, mediadoras ou moderadoras na explicação de fenômenos comportamentais humanos. Encontra-se, nessa perspectiva, a profecia autorrealizadora, a qual afirma que uma expectativa falsa conduz ao comportamento que a torna verdadeira. Nesse caso, a atribuição de causalidade determina que expectativas sejam investigadas como variáveis independentes. Este estudo teve por objetivo realizar uma análise comportamental da profecia autorrealizadora. Argumenta-se que, ao adotar um modelo de causalidade selecionista, a “expectativa” não pode ter status causal, seja como uma variável que antecede e “cause” a profecia, seja como uma variável posterior que “guie” o comportamento para a autorrealização. A profecia autorrealizadora ocorre na medida em o comportamento produz, a posteriori, a correspondência entre os eventos ambientais descritos e as contingências que passam a vigorar. Portanto, o termo profecia indica o controle do comportamento por regras; e autorrealizadora a mudança para o controle pelas contingências. A interação entre esses dois tipos de operantes resulta no fenômeno encontrado sob a denominação de profecia autorrealizadora.

Palavras-chave: Profecia autorrealizadora; Comportamento governando por regras; Comportamento modelado pelas contingências.

ABSTRACT

In social psychology field, the individuals' intrinsic variables are inferred from publicly observed behaviors and are treated as independent, mediator or moderator variables in explaining human behavior phenomena. The self-fulfilling prophecy is one example of this state-

1) Autor responsável: Pablo Stuart Fernandes Carvalho. Endereço para correspondência: pablo-stuart@hotmail.com

ment, which proposes that a false expectation of an individual leads to a behavior that makes it true. In this case, the attribution of causality demands the expectations to be investigated as independent variables. In this article, we propose the study of the concept of self-fulfilling prophecy using the conceptual and theoretical framework of Behavior Analysis. We argue that in a selective causal perspective, “expectation” cannot have causal status, neither as a variable that precedes and “causes” prophecy nor as a posteriori variable that “guides” behavior toward self-realization. The expectation can be analyzed as an antecedent verbal stimulus which describes contingency relationships. However, in self-fulfilling prophecy, the verbal stimulus describes an independent relationship between events as if there were a dependent relationship. Thereby, the self-fulfilling prophecy occurs as the behavior produces correspondence between environmental events described and the contingencies that come into force. Thus, the terms prophecy and self-fulfilling indicate, respectively, the control of behavior by rules and the change due to contingencies control. The interaction between these two types of operants results in the phenomenon found under the name of self-fulfilling prophecy. Ultimately, what select and maintain the phenomenon are the consequences of following the rule, producing the events it specifies, not the “expectation” as a verbal stimulus. Future studies may enlarge the present analysis of the phenomenon and empirically investigate the functional relationships between the variables described in this study.

Keywords: Self-fulfilling prophecy; Rule-governed behavior; Contingency-shaped behavior.

Os fenômenos conhecidos no campo da psicologia social² têm sido estudados frequentemente por meio de modelos explicativos considerados internalistas ou mediacionistas. Nesses modelos, variáveis intrínsecas aos indivíduos são inferidas do comportamento publicamente observado como variáveis independentes, mediadoras ou moderadoras na explicação de fenômenos comportamentais humanos. Encontra-se nessa perspectiva a profecia autorrealizadora, a qual afirma que uma expectativa falsa conduz ao comportamento que a torna verdadeira (Jussim, 1986). Nesse caso, a atribuição de causalidade determina que expectativas sejam investigadas como variáveis independentes. Disso surgem problemas metodológicos para verificar as possíveis relações entre expectativa, como tem sido vagamente definida e mensurada, e os comportamentos aos quais se propõe explicar, uma vez que não pode ser manipulada diretamente (Biggs, 2009).

Na literatura analítico-comportamental, o assunto não é inédito. Poppen (1989) afirma que “[na profecia autorrealizadora] as pessoas procuram situações nas quais os resultados serão consistentes com suas regras” (p. 344). No entanto, essa afirmação não possui o suporte conceitual próprio da abordagem. Assim, este estudo tem por objetivo realizar uma breve revisão da profecia autorealizadora e propor uma sistematização do fenômeno e termos usados para descrevê-lo em uma perspectiva analítico-comportamental. O tema é relevante porque oferece uma interpretação alternativa para o fenômeno, com implicações de atribuição de

2) O termo “campo” é adotado para se referir à especificidade da produção de conhecimento na psicologia social sobre fenômenos que ocorrem na interação indivíduoambiente social, particularmente àquela derivada do contexto norte-americano, tais como erro fundamental de atribuição (fundamental attribution error), efeito do falso consenso (false consensus effect), ilusão de controle (illusion of control) e viés de confirmação (confirmation bias).

causalidade. Em adição, assim como outros estudos realizados (e.g., Zacarin et al., 2017), o trabalho presente possibilita a extensão dos conceitos e preposições da análise do comportamento para o estudo de fenômenos comumente interpretados sob outras perspectivas, incluindo aqueles ditos “sociais” (e.g., Benvenuti, 2010; Guerin, 1992).

Para atingir o objetivo do presente estudo, considerou-se (1) a definição tradicional e teórica de “profecia autorrealizadora” proposta no campo da sociologia por Merton (1948); (2) a atribuição de causalidade empregada nos estudos empíricos sobre o “efeito da expectativa” (e.g., Rosenthal & Fode, 1963; Rosenthal & Lawson, 1964); (3) os termos e modelo de causalidade que possibilitam, por fim, a definição e análise das variáveis controladoras do fenômeno em uma perspectiva analítico-comportamental.

PROFECIA AUTORREALIZADORA

O termo profecia autorrealizadora foi cunhado no campo da sociologia por Merton, em 1948, em um artigo seminal intitulado “The Self-Fulfilling Prophecy”. Merton o utilizou sem pretensão de originalidade, pois embora o termo fosse novo, a ideia não era. O “teorema” de Thomas ilustrou a questão duas décadas antes, segundo o qual “se o homem define situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Thomas & Thomas, 1928, p. 527). Em outras palavras, a definição de uma situação passa a afetar os eventos subsequentes a ela. Desse modo, Merton (1948) definiu profecia autorrealizadora como “uma definição [inicialmente] falsa da situação, a qual evocará um novo comportamento fazendo com que a definição inicialmente falsa se torne verdadeira” (p.195, *italico do autor*). Entretanto, para que essa falsa definição ocasione sua realização, é necessário que ocorra uma sequência causal, geralmente enunciada da seguinte forma: (1) X define que Y é Z (definição falsa); (2) X, portanto, faz A (novo comportamento); (3) por causa de (2), Y se torna Z (o evento definido inicialmente como falso se torna verdadeiro) (Biggs, 2009).

A parábola utilizada por Merton (1948) exemplifica o conceito: em 1932 o Last National Bank era uma instituição rentável. Após rumores de que o banco não teria condições para pagar o que devia, depositantes foram ao banco e retiraram suas economias. Assim, o banco não manteve a maior parte das poupanças dos depositantes em dinheiro e, portanto, não pôde pagar a todos, declarando falência. Ou seja, a definição de que o banco seria insolvente se tornou autorrealizável. A análise tradicional dessa situação, na sequência causal descrita anteriormente, mostra que (1) foi definido que o banco seria insolvente; (2) os depositantes, portanto, retiraram suas economias do banco; (3) por causa da retirada das economias o banco se tornou insolvente. Essa parábola foi utilizada deliberadamente para se referir ao colapso financeiro que ocorreu nos Estados Unidos da América em 1929, conhecido como a Grande Depressão ou Crise de 1929. A análise realizada por Merton (1948) não se limitou a questões bancárias. Fenômenos sociais e econômicos de grande escala, como as relações entre grupos étnicos (e.g., protestantes, católicos e judeus; negros e brancos), foram convertidos em uma “parábola sociológica”, ou seja, Merton (1948) apresentava uma história para exemplificar uma relação sociológica existente, contribuindo para a compreensão do fenômeno analisado.

Tal fenômeno, encontrado sob o termo “profecia autorrealizadora”, tem sido redescoberto, ampliado e/ou renomeado por diferentes autores e em diversos campos de conhecimento, conforme exemplificado na Figura 1.

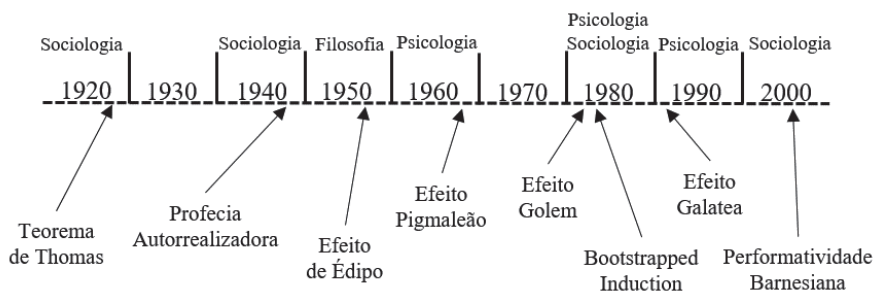


Figura 1. Linha do tempo dos estudos acerca do fenômeno descrito pela profecia autorrealizadora e respectivo campo de estudo. Na figura, encontram-se os termos utilizados para descrever o fenômeno, a década e campo de conhecimento correspondente a qual foram relatados pela primeira vez na literatura.

Popper (1957) utiliza o termo Efeito de Édipo para se referir ao fenômeno considerado aqui como profecia autorrealizadora, em referência ao mito grego, em que Édipo mata o pai e casa-se com sua mãe, consequência de uma profecia do Oráculo de Delfos, no qual uma previsão afeta o evento previsto, confirmando-o. Rosenthal e Jacobson (1968) utilizam o termo Efeito Pigmalão, em referência ao personagem da mitologia grega, Pigmalão, que esculpiu para si uma mulher, Galatea, e tem o pedido de lhe dar vida atendido por uma deusa, quando a expectativa de um evento previsto altera o comportamento de modo a tornar a previsão provável. Quando baixas expectativas afetam negativamente o desempenho, Babad, Inbar e Rosenthal (1982) definem tal fenômeno como Efeito Golem, do conto judaico, no qual um ser, Golem, é criado da matéria inanimada para manter a ordem e acaba saindo de controle, de tal modo que é necessário retirar-lhe a vida. Barnes (1983) utiliza o termo *Bootstrapped Induction* (em referência a expressão americana “pull oneself up by one’s bootstraps”, traduzida como “puxe-se pelo próprio esforço”), como se as relações sociais fossem retroalimentadas por inferências, construindo a si próprias. Eden e Kinnar (1991) dão o nome de Efeito Galatea, quando as expectativas elevadas alteram positivamente o desempenho. MacKenzie (2006) usa a expressão *Performatividade Barnesiana* (em referência ao sociólogo citado anteriormente, Barry Barnes) para caracterizar a situação em que os resultados econômicos são alterados de modo a corresponderem aos modelos teóricos vigentes.

Apesar da diversidade de conceitos encontrados em campos de conhecimento distintos para descrever e analisar o fenômeno em questão, o presente estudo se restringirá àqueles encontrados no campo da psicologia social. A seguir são apresentados e discutidos os estudos clássicos, voltados para o tema da profecia autorrealizadora, desenvolvidos no campo da psicologia social.

Da concepção à demonstração

A contribuição de Merton para a compreensão da profecia autorrealizadora foi exclusivamente teórica. E, apesar do termo ter sido cunhado no final da década de 1940, é somente no início da década de 1960 que as primeiras demonstrações do efeito de uma “falsa definição da situa-

ção” são relatadas na literatura, remontando aos estudos sobre o que se convencionou chamar de “expectativa do experimentador” (Rosenthal & Fode, 1963; Rosenthal & Lawson, 1964).

Em uma clássica demonstração deste fenômeno, 12 estudantes do curso de psicologia receberam, cada um, um grupo de cinco ratos albinos para realizarem um treino discriminativo entre os dois braços do labirinto em T. Para metade dos estudantes houve a descrição de que os seus sujeitos experimentais eram de linhagens mais inteligentes (grupo “ratos espertos no labirinto”): aprendiam no primeiro dia e seu desempenho aumentava rapidamente. Para a outra metade dos estudantes, houve a descrição de que os seus sujeitos experimentais eram de linhagens que possuíam uma aprendizagem lenta (“ratos estúpidos no labirinto”) ou apresentavam pouca evidência de aprendizagem.

A variável dependente era a taxa de resposta reforçada por dia e a variável independente a descrição prévia para os estudantes sobre o desempenho dos ratos. Embora os sujeitos experimentais nos dois grupos não tivessem diferenças prévias significativas, os resultados revelaram que o desempenho dos ratos expostos aos experimentadores do grupo esperto, em relação à taxa de resposta reforçada, foi superior ao obtido pelos do grupo estúpido. Em suma, os autores concluíram que as expectativas dos alunos afetaram o desempenho dos ratos (Rosenthal & Fode, 1963). Essa conclusão foi corroborada em um experimento posterior, utilizando diversas condições experimentais em caixas operantes, com dois grupos: “ratos espertos na caixa de Skinner” (Skinner box-Bright rats) e “ratos estúpidos na caixa de Skinner (Skinner box-Dull rats), segundo Rosenthal & Lawson, 1964.

Esses achados foram extrapolados para o contexto acadêmico, dando origem a uma nova tradição de pesquisas sobre as “expectativas do professor”. Nessa linha de investigação, aplicou-se em alunos de uma escola primária um teste de inteligência não verbal, mascarado como um teste destinado a prever o “florecimento acadêmico”. A aplicação ocorreu duas vezes (pré e pós-teste) para todas as crianças, totalizando 18 turmas. Após a primeira aplicação, selecionou-se aleatoriamente em cada turma uma média de 20% dos alunos para comporem o grupo experimental. Os pesquisadores, então, informaram aos professores o nome desses alunos, afirmando que teriam ganhos intelectuais incomuns durante o ano letivo (equivalente ao grupo “ratos espertos no labirinto”). O grupo controle foi formado pelo restante dos alunos e sobre os quais nenhuma descrição foi fornecida aos professores. Após transcorrido oito meses desde as descrições aos professores, o teste foi aplicado novamente para todas as crianças.

A variável dependente era o desempenho no teste de inteligência não verbal e a variável independente a descrição prévia para os professores dos alunos que iriam obter ganhos intelectuais incomuns. Os autores concluíram que houve diferenças significativas entre os grupos, sendo que as crianças do grupo experimental (os alunos que haviam sido apontados aos professores que “floresceriam”) obtiveram ganhos de pontuação superiores em relação às crianças do grupo controle (aquelas sobre as quais nada foi descrito aos professores). E, assim como no experimento anterior, os autores atribuíram a alteração do desempenho à expectativa, nesse caso dos professores em relação aos alunos (Rosenthal & Jacobson, 1966).

O estudo de Rosenthal e Jacobson (1966), sobre os efeitos da expectativa, foi sistematicamente criticado por falhas no controle experimental e, consequentemente, metodologicamente insuficiente para justificar as conclusões realizadas. Entre as principais críticas, destacam-se aquelas direcionadas à inadequação do teste para as características sociodemográficas da amostra do estudo; administração do teste não controlada, sendo realizada pelos próprios professores; modificação nas questões do pré-teste na segunda testagem; extrapolação dos escores além dos indicados no teste, acarretando em problemas críticos de mensuração, trata-

mento e análise dos dados, não havendo resultados com significância estatística; e não registro dos comportamentos que levaram à realização da profecia (Spitz, 1999).

Não obstante, a maioria dos autores não contestou o efeito da expectativa enquanto variável causal. Análises semelhantes foram realizadas em outros estudos que abordam questões como prognóstico (Rossetti-Ferreira, 2006), relações parentais (Madon, Guyll, Spoth, & Willard, 2004), desempenho acadêmico (Jussim & Harber, 2005), cooperação e competição (Kelley & Stahelski, 1970). Nesses estudos, a atribuição de causalidade indica que (1) X descreve que $Y \text{ é } Z$; (2) X, portanto, cria uma expectativa; (3) por causa de (2), o comportamento é alterado de modo a tornar Y em Z. Em ambos os experimentos citados anteriormente, por exemplo, as variáveis independentes foram descrições verbais e as variáveis dependentes o desempenho não-verbal. As alterações no desempenho foram atribuídas às expectativas de quem recebia a descrição. Entretanto, não houve a definição da expectativa e tampouco o seu controle, seja dos alunos em relação ao desempenho dos ratos, seja dos professores em relação ao desempenho dos alunos. A expectativa é uma variável inferida das manipulações realizadas e colocada como explicação do fenômeno.

Assim, na psicologia, houve a adoção de uma definição própria para o fenômeno e consequentemente das variáveis relevantes para o seu estudo, diferente daquela proposta por Merton (1948), no campo da sociologia. No campo da psicologia social, a “expectativa” foi colocada como uma variável causal, embora raramente definida em termos operacionais e controlada nos experimentos. Colocar em questão o “efeito da expectativa” é contrassensual porque seu papel causal aparenta ser óbvio. Mas, então, como podemos interpretar a profecia autorrealizadora? E, afinal, se não à expectativa, ao que atribuiremos papel causal?

Análise do Comportamento: alguns pressupostos e conceitos básicos

Antes de responder essas questões, é preciso especificar que a análise do comportamento possui um modelo de causalidade próprio. Esse modelo enfatiza a múltipla determinação do comportamento em diferentes níveis (filogenético, ontogenético e cultural) e as complexas interações entre eles. No nível ontogenético, o comportamento opera sobre o ambiente, podendo ser sensível a alguns eventos subsequentes³, de modo que respostas funcionalmente semelhantes terão sua probabilidade de ocorrência futura alterada (Skinner, 1981). Skinner (1966) identificou dois tipos de comportamento operante: o governado pelas regras e o modelado pelas contingências. Antes de defini-los, entretanto, serão consideradas as implicações do operante no sistema explicativo da análise do comportamento.

As características ditas anteriormente inserem o comportamento operante em um modelo de explicação causal selecionista, denominado “seleção por consequências”. A nível ontogenético, alguns eventos que sucedem o comportamento podem ser responsáveis pela reprodução e variações do comportamento (Skinner, 1981). Tal pressuposto enfatiza, portanto, a seleção do comportamento por consequências. Assim, o conceito de comportamento operante não somente implica um modelo selecionista de causalidade, como impossibilita a adoção de explicações mecanicistas e teleológicas. A questão é importante porque os modelos

3) Os eventos subsequentes podem ser produzidos pelo comportamento (contingentes) ou ocorrerem apenas temporal e/ou espacialmente próximos (contíguos) a ele.

explicativos orientam a construção de conhecimento e são responsáveis, em parte, pela identificação da relação “causa” e “efeito” entre os eventos.

No modelo mecanicista, um efeito é explicado por uma causa anterior. Portanto, o que sucede o efeito não pode ser dito causa do mesmo. Em suma, no modelo mecanicista, uma causa antecede e produz um efeito. A relação é linear e unidirecional. No modelo teleológico, o “efeito” é produzido por uma “causa” futura. Propósito ou intenção são utilizados como causas finais e possuem função explicativa. Por outro lado, no modelo selecionista adotado na análise do comportamento, o “efeito” para o qual procuramos uma “causa”, isto é, o operante, não é causado por um evento anterior ou subsequente. O antecedente do operante não é visto como evento causal, mas caracteriza-se por estar funcionalmente relacionado a ele enquanto ocasião. O evento que sucede o operante, por sua vez, também não pode ser dito “causa” do mesmo, uma vez que não produz efeito naquele operante, pois o operante já ocorreu e não pode ser alterado. Isso é equivalente a dizer que o operante não ocorre em função das consequências que se seguem, mas sim pelas consequências que seguiram um comportamento semelhante no passado. O evento subsequente apenas altera a probabilidade de operantes com funções semelhantes ocorrerem novamente em ocasiões também semelhantes (Skinner, 1953/2003). Em outras palavras, as consequências que afetam o atual operante não estão presentes no ambiente, mas na história de interação do organismo.

Quando um operante é afetado ao entrar em contato direto e relativamente imediato com suas consequências, diz-se que ele é modelado pelas contingências. O comportamento modelado pelas contingências é aquele que ocorre com determinada probabilidade em função do operante ter sido seguido por exposição a aproximações sucessivas e reforçamento diferencial envolvendo consequenciação imediata (Albuquerque & Paracampo, 2010; Hübner, Borloti, Almeida & Cruvinel, 2012). Entretanto, não é necessário entrar em contato direto com as contingências para que elas passem a afetar o comportamento: o comportamento pode ser governado pelas regras. Nesse caso, a descrição da contingência enquanto antecedente verbal (oral, escrito, gestual) pode evocar ou alterar a função de estímulos para o comportamento ser emitido e ter sua probabilidade alterada (Malavazzi & Pereira, 2016; Schlinger & Blakely, 1987). Enquanto estímulo evocador, a regra estabelece a ocasião na qual determinada classe de respostas tem probabilidade de ser consequenciada e outras não. Note que essa ocasião é função de uma história prévia de consequenciação diante de certos aspectos do ambiente e não de outros (Skinner, 1969). Já como alterador de função, a regra altera as funções comportamentais de outros estímulos (Albuquerque & Paracampo, 2010). Em adição, no comportamento governado pelas regras, os estímulos verbais que descrevem as contingências, embora controlem a topografia de uma resposta, não alteram em última instância a probabilidade de ocorrência do operante a que pertencem (Meyer, 2005; Hübner, Borloti, Almeida & Cruvinel, 2012). Isso porque é errôneo, como já assinalado na apresentação do modelo selecionista, dizer que o organismo se comporta porque espera que uma consequência se siga no futuro, pois uma história prévia de contato com as consequências de seguir (ou não) uma regra deve ter ocorrido (Skinner, 1969). Regras e contingências podem ainda interagir entre si, como quando o comportamento estabelecido por consequências imediatas é afetado parcialmente por antecedentes verbais ou quando o comportamento estabelecido por antecedentes verbais é afetado parcialmente por consequências imediatas (Albuquerque & Paracampo, 2010).

Análise comportamental da profecia autorrealizadora

Pelas questões discutidas anteriormente, a “expectativa” não pode ter status causal na explicação da profecia autorrealizadora, seja como uma variável que antecede e “cause” a profecia (modelo mecanicista), seja como uma variável posterior que “guie” o comportamento para a autorrealização (modelo teleológico). Então, retomando a análise das questões que norteiam o presente artigo: em uma perspectiva analítico-comportamental, como podemos interpretar a profecia autorrealizadora? E, se não à expectativa, ao que atribuiremos como causa?

Quando um evento frequentemente segue outro, podemos dizer que “esperamos”, “sentimos” ou que temos a “expectativa” de que tal evento ocorra. Nesse sentido, pode-se definir expectativa como uma resposta eliciada, observada pelo próprio indivíduo, resultante do pareamento de estímulos (Skinner, 1989). No entanto, a expectativa pode não se referir exclusivamente a eventos respondentes. O indivíduo pode não somente sentir, mas descrever os eventos que são frequentemente seguidos um pelo outro. Quando há a descrição de tal relação entre os eventos, “expectativa” pode se referir a descrições verbais (públicas ou privadas, fornecida por outros ou pelo próprio indivíduo), de relações futuras consideradas prováveis entre eventos ambientais e/ou comportamentais (Sanabio-Heck & Motta, 2005).

É por meio desse último sentido que podemos analisar a expectativa como estímulo verbal antecedente que descreve contingência (isto é, relações de dependência entre eventos ambientais e/ou comportamentais). Desse modo, estamos nos referindo ao comportamento governando por regras. No caso da profecia autorrealizadora, entretanto, essa regra não é, inicialmente, correspondente às contingências dispostas pelo ambiente (i.e., “falsa”). Na literatura analítico-comportamental, a descrição dessa relação tem sido encontrada sob a rubrica de “regra supersticiosa” (Benvenuti, 2010). Apesar disso, no presente estudo o termo “regra” será empregado para se referir tanto àquelas descrições verbais que correspondem, quanto às que não correspondem às contingências. Dois casos podem ocorrer quando não há correspondência entre a regra e as contingências dispostas pelo ambiente que ela descreve. No primeiro deles, o estímulo verbal descreve uma relação independente entre os eventos como se houvesse uma relação dependente. No segundo, o estímulo verbal descreve uma relação dependente entre os eventos como se houvesse uma relação independente (Ono, 1994). A “falsa definição” na profecia autorrealizadora, entretanto, só se aplica no primeiro caso, porque presume-se correspondência entre a regra e as contingências especificadas, quando a priori não há.

Não obstante, é importante assinalar que, apesar da descrição da relação independente, a profecia autorrealizadora não se define como comportamento supersticioso. No comportamento supersticioso, o organismo se comporta em função do reforço acidental (Skinner, 1948/1992). No caso específico da profecia autorrealizadora, o organismo se comporta, inicialmente, em função da regra. O comportamento nos dois casos é selecionado por eventos ambientais subsequentes distintos: no primeiro caso, eventos contíguos e no segundo, eventos contingentes. Esse último aspecto é fundamental na profecia autorrealizadora. Enquanto no comportamento supersticioso o responder não produz o evento que seleciona aquela classe de resposta, na profecia autorrealizadora, ao se comportar inicialmente em função da regra, o evento especificado pela mesma é produzido a posteriori, selecionando a classe de resposta em questão. É nesse sentido que a regra “falsa” se torna “verdadeira”.

No experimento de Rosenthal e Fode (1963), a expectativa de que os ratos eram brilhantes ou estúpidos, pode ter alterado a função do rato enquanto estímulo e, conseqüentemente, o comportamento dos alunos diante da tarefa experimental. Os eventos subsequentes ao com-

portamento individual de cada aluno (e.g., rato emitir respostas apropriadas ao experimento) poderiam reforçar positivamente a classe que os produziram (e.g., consequenciar resposta em determinado braço, e não em outro). Nesse caso, o evento externo aos comportamentos dos alunos (i.e., desempenho dos ratos) foi consequência para as classes de respostas que os alunos emitiram diante dos ratos durante a tarefa experimental. Essa possível relação também pode ser estabelecida no experimento de Rosenthal e Jacobson (1966). A expectativa de que alguns alunos iriam obter ganhos intelectuais durante o ano letivo pode ter alterado a função desses alunos enquanto estímulos para o comportamento dos professores. Os professores poderiam emitir repostas (e.g., atenção) a esses alunos, alterando o seu desempenho em relação ao demais, para os quais essas respostas não foram emitidas. O evento externo aos comportamentos dos professores (i.e., desempenho dos alunos) foi consequência para as classes de respostas que os professores emitiram diante dos alunos.

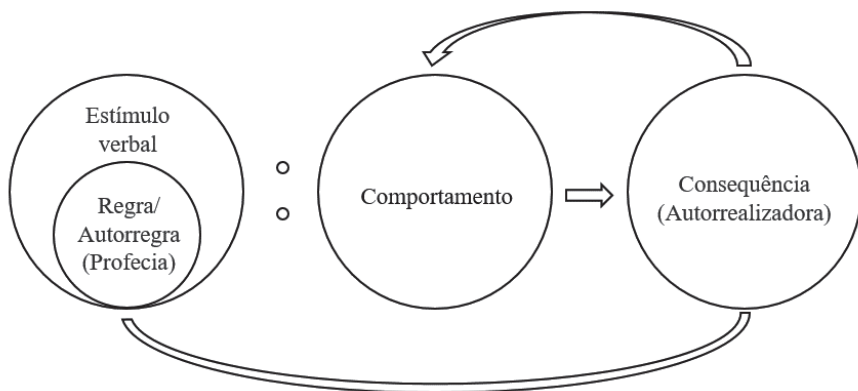


Figura 2. Representação do fenômeno comportamental descrito pela profecia autorrealizadora utilizando os termos da tríplice contingência. Cada circunferência indica um elemento da contingência. A relação entre cada elemento é indicada pelos símbolos entre as circunferências.

Considerando a análise anterior, a expectativa pode estar relacionada funcionalmente com determinados comportamentos enquanto uma condição antecedente. Isso não é o equivalente a considerá-la como causa. Se analisarmos a profecia autorrealizadora a partir da contingência, conforme apresentado na Figura 2, podemos circunscrever a “profecia” no elo inicial enquanto regra/autorregra (sua função de estímulo verbal antecedente é dada pelo símbolo de dois pontos). No segundo elo, o comportamento é evocado ou o estímulo alterado em função da regra. Por fim, o evento especificado inicialmente pela regra (indicado pela linha regra supersticiosa-consequência) é produzido pelo comportamento (indicado pela seta entre comportamento-consequência). Essa consequência aumenta a probabilidade de comportamentos com funções semelhantes ocorrerem no futuro (indicado pela seta entre consequência-comportamento), em situações também semelhantes.

Desse modo, a profecia autorrealizadora ocorre na medida em que o comportamento produz, a posteriori, a correspondência entre os eventos ambientais descritos e as contingências que passam a vigorar. Assim, o termo profecia indica o controle do comportamento por

regras; e autorrealizadora a mudança para o controle pelas contingências⁴. A interação entre esses dois tipos de operantes resulta no fenômeno encontrado sob a rubrica de profecia autorrealizadora. Em outras palavras, o comportamento passa a ser mais do que o seguimento de regras, sendo mantido junto às contingências. E são as consequências de seguir a regra, produzindo os eventos por ela especificados, não a “expectativa” enquanto estímulo verbal, que selecionam e mantêm o fenômeno em questão.

Como proposto inicialmente, foi possível analisar a profecia autorrealizadora utilizando-se das preposições e conceitos da análise do comportamento, identificando as variáveis de controle relevantes que atuam na produção do fenômeno. Quando a expectativa é definida como uma condição interna – ao invés de estímulo verbal antecedente –, não há uma explicação completa do comportamento, pois a expectativa, nesse caso, não pode ser manipulada sem que se altere alguma condição ambiental externa (pareamento de estímulos ou descrição de eventos) ao comportamento que se propõe explicar.

A presente análise confere à expectativa outro status na compreensão do fenômeno ao utilizar os conceitos de comportamento governado por regras e controlado pelas contingências. Ao propor uma interpretação do fenômeno da profecia autorrealizadora utilizando tais conceitos, o presente estudo acrescenta na literatura de regra e controle pelas contingências a possibilidade de relações verbais independentes das contingências em vigor virem a controlar, em partes, uma classe de resposta que produz os eventos descritos na regra tornando, assim, tais relações verbais dependentes. Em outras palavras, as contingências passam a corresponder ou a serem descritas com acurácia pelas descrições verbais. Esse efeito não pode ser atribuído a uma relação de coincidência entre a contingência que passa a vigorar e as relações verbais descritas sobre tais contingências.

A partir do estudo teórico de Merton (1948), sugerem-se para estudos futuros outras análises do fenômeno. Quando comportamentos individuais produzem uma consequência cumulativa, como o colapso financeiro de uma instituição bancária, a ocorrência da profecia autorrealizadora no nível ontogenético pode ser interpretada como macrocontingência ou no nível cultural possivelmente como metacontingência (Glenn, et al., 2016). Outra sugestão para estudos futuros é a investigação da “expectativa” como autorregra. A partir da presente análise e das sugestões realizadas, espera-se que estudos subsequentes explorem empiricamente as relações funcionais entre as variáveis descritas neste estudo.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, L. C., & Paracampo, C. C. P. (2010). Análise do controle por regras. *Psicologia USP, 21*(2), 253-273.
- Babad, E., Inbar, J., & Rosenthal, R. (1982). Pygmalion, Galatea, and the Golem: Investigations of biased and unbiased teachers. *Journal of Education Psychology, 74*(4), 459-474. doi: 10.1037/0022-0663.74.4.459

4) Esse nível de análise parece não ser a única possibilidade de descrever o fenômeno. Por exemplo, na ilustração utilizada por Merton (1948), a descrição de que um banco se tornaria insolvente evocou o comportamento de diversas pessoas irem ao banco retirar o dinheiro. O comportamento de cada indivíduo foi reforçado positivamente pela obtenção do dinheiro. Em adição, um evento externo ao e produzido pelo comportamento dos diversos indivíduos, mas não consequências para eles, é produzido: o banco se torna insolvente.

- Barnes, B. (1983). Social life as bootstrapped induction. *Sociology*, 17(4), 524-545. doi: 10.1177/0038038583017004004
- Benvenuti, M. F. L. (2010). Contato com a realidade, crenças, ilusões e superstições: Possibilidades do analista do comportamento. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(1), 34-43.
- Biggs, M. (2009). Self-fulfilling prophecies. Em P. Hedström, & P. Bearman (Eds.), *The Oxford handbook of analytical sociology* (pp. 294-314). New York: Oxford University Press.
- Eden, D., & Kinnar, J. (1991). Modeling Galatea: Boosting self-efficacy to increase volunteering. *Journal of Applied Psychology*, 76(6), 770-780. doi: 10.1037/0021-9010.76.6.770
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Houmanfar, R. A., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z., Vasconcelos, L. A. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27. doi: 10.5210/bsi.v25i0.6634
- Guerin, B. (1992). Behavior analysis and the social construction of knowledge. *American Psychologist*, 47(11), 1423-1432. doi: 10.1037/0003-066X.47.11.1423
- Hübner, M. M. C., Borloti, E., Almeida, P., Cruvinel, A. C. C. (2012). Linguagem. Em M. M. C. Hübner, M. B. Moreira (Orgs.), *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp.100-115). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Jussim, L. J. (1986). Self-fulfilling prophecies: A theoretical and integrative review. *Psychological Review*, 93(4), 429-445. doi: 10.1037/0033-295X.93.4.429
- Jussim, L. J., & Harber, K. (2005). Teacher expectations and self-fulfilling prophecies: Knowns and unknowns, resolved and unresolved controversies. *Personality and Social Psychology Review*, 9(2), 131-155. doi: 10.1207/s15327957pspr0902_3
- Kelley, H. H., & Stahelski, A. J. (1970). Social interaction basis of cooperators' and competitors' beliefs about others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 16(1), 66-91. doi: 10.1037/h0029849
- MacKenzie, D. (2006). *An engine, not a camera: How financial models shape markets*. Cambridge: MIT Press.
- Madon, S., Guyll, M., Spoth, R., & Willard, J. (2004). Self-fulfilling prophecies: The synergistic accumulative effect of parents' beliefs on children's drinking behavior. *Psychological Science*, 15(12), 837-845. doi: 10.1111/j.0956-7976.2004.00764.x
- Malavazzi, D. M., & Pereira, M. E. M. (2016). Definição, tipos e funções de regra: Uma interpretação da obra de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), pp. 1-8. doi: 10.1590/0102-3772e323223
- Merton, R. K. (1948). The self-fulfilling prophecy. *The Antioch Review*, 8(2), 193-210. doi: 10.2307/4609267
- Meyer, S. B. (2005). Regras e auto-regras no laboratório e na clínica. Em J. Abreu-Rodrigues, M. R. Ribeiro, *Análise do comportamento: Pesquisa, teoria e aplicação* (pp.211-228). Porto Alegre: Artmed.
- Ono, K. (1994). Verbal control of superstitious behavior: Superstitious as false rules. Em S. C. Hayes, L. J. Hayes, M. Sato, & K. Ono (Orgs.), *Behavior analysis of language and cognition* (pp. 181-196). Reno: Context Press.
- Poppen, R. L. (1989). Some clinical implications of rule-governed behavior. Em S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 325-357). New York: Plenum.

- Popper, K. (1957). *The poverty of historicism*. London: Routledge.
- Rosenthal, R., & Fode, K. L. (1963). The effect of experimenter bias on the performance of the albino rat. *Behavioral Science*, 8(3), 183-189. doi: 10.1002/bs.3830080302
- Rosenthal, R., & Jacobson, L. (1966). Teachers' expectancies: Determinates of pupils' IQ gains. *Psychological Reports*, 19(1), 115-118. doi: 10.2466/pr0.1966.19.1.115
- Rosenthal, R., & Jacobson, L. (1968). *Pygmalion in the classroom: Teacher expectation and pupils' intellectual development*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Rosenthal, R., & Lawson, R. (1964). A longitudinal study of the effects of experimenter bias on the operant learning of laboratory rats. *Journal of Psychiatric Research*, 2(2), 61-72. doi: 10.1016/0022-3956(64)90003-2
- Rossetti-Ferreira, M. (2006). Olhando a pessoa e seus outros, de perto e de longe, no antes, aqui. Em D. Counvaux, L. B. Leite, & D. D. Dell'Aglio, *Psicologia do desenvolvimento: Reflexões e práticas atuais* (pp. 19-59). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sanabio-Heck, E. T., & Motta, K. G. S. (2005). Desamparo aprendido. Em J. Abreu-Rodrigues & M. R. Ribeiro (Eds.). *Análise do comportamento: Pesquisa, teoria e aplicação* (pp. 81-98). Porto Alegre: Artmed.
- Schlinger, H. D., & Blakely, E. (1987). Function-altering effects of contingency-specifying stimuli. *The Behavior Analyst*, 10, 41-45.
- Skinner, B. F. (1966). An operant analysis of problem solving. Em B. Kleinmuntz (Ed.), *Problem solving: Research, method, and theory* (pp. 225-257). New York: Wiley.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504. doi: 10.1126/science.7244649
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1992). 'Superstition' in the pigeon. *Journal of Experimental Psychology: General*, 121(3), 273-274. (Obra originalmente publicada em 1948).
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1953).
- Spitz, H. H. (1999). Beleaguered pygmalion: A history of the controversy over claims that teacher expectancy raises intelligence. *Intelligence*, 27(3), 199-234. doi: 10.1016/S0160-2896(99)00026-4
- Thomas, W. I., & Thomas, F. S. (1928). *The child in America: Behavior problems and programs*. New York: Knopf.
- Zacarin, M. R. J., Borloti, E., Santos, A., Perandré, Y. H. T., Melo, C. M., & Haydu, V. B. (2017). Senso de presença: Proposta de uma definição analítico-comportamental. *Acta Comportamental*, 25(2), 249-263.

Received: January 02, 2017

Accepted: June 05, 2018